



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO FINAL

PARECER

Processo legislativo: PROJETO DE LEI Nº 103/2025.

Iniciativa: Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

Relator: Vereador Juarez Oliosi (PODE).

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 103/2025, de iniciativa do Vereador João Júnior Vieira dos Santos, declara a Lira Municipal Matheus Toscano como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Nova Venécia.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 11 de novembro de 2025. Sendo encaminhado a esta Comissão Permanente de Legislação. Justiça e Redação Final para parecer, com base na competência prevista no art. 79 do Regimento Interno, fui designado relator, nos termos do art. 70 da norma regimental.











De posse do processo legislativo em análise, cabe-me assim exarar o parecer no prazo previsto nos artigos 70 e 71 do Regimento Interno, pelas competências da comissão previstas no art. 79 da referida norma, o qual passo a manifestar pelos seguintes fundamentos abaixo.

II - DOS PRESSUPOSTOS CONSTICIONAIS E LEGAIS:

A Lei Orgânica do Município, mais precisamente em seu art. 44, seguindo o princípio extensível das normas de organização dos poderes na seara do processo legislativo previstas no texto do art. 61 da Carta Republicana de 88, estabelece quais sejam os agentes competentes para propor projetos de leis ordinárias e complementares no âmbito municipal.

Dentro das matérias reservadas privativamente ao Prefeito Municipal, consoante o texto do art. 44 da Lei Orgânica e de outros dispositivos que estabeleçam quando a iniciativa é também ao mesmo reservada, não se encontra essa outorga de iniciativa privativa ao Chefe do Poder Executivo para o objeto da proposição em análise.

Matéria que tenha como objeto a declaração de patrimônio cultural no âmbito local é de competência comum, podendo qualquer dos membros dos poderes públicos iniciar o processo de constituição da norma com esse objeto, conforme garantido no texto do art. 44 da Lei Orgânica, seguindo o comando da CF de 88 em seu art. 61.

Verifica-se assim que a iniciativa, fase que deflagrou o processo de constituição da presente norma, é também de competência do Vereador, conforme se observa do texto da proposição, sendo, portanto, válida, não apresentando qualquer vício formal de origem.

O Município possui autonomia para se auto organizar, ou seja, editar as próprias leis que lhe são pertinentes, nos limites previamente circunscritos pelo ente soberano, adotando-se o princípio da preponderância dos interesses, como assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, nos termos do art. 30, I e II, da CF de 88.

A legislação sobre patrimônio ou bens de natureza cultural é concorrente entre a União e o Estado (art. 24, VII, da CF de 88). Contudo, pode o Município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, de acordo com a predominância do interesse local (art. 30, I e II, da CF de 88).

Já-a-competência administrativa de proteger o patrimônio cultural é de qualquer dos entes federados, conforme se observa do art. 23, III, da Constituição Federal.

Dentre as competências administrativas comuns aos entes federados, temos no art. 23, incisos III e V, da Constituição Federal o seguinte:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:





III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015).

O assunto legislado é de predominância local, mesmo que seja uma norma para suplementar a legislação federal ou estadual, preponderando assim os interesses do ente federado local em relação aos demais entes federados, tratando-se do reconhecimento da Lira Municipal como patrimônio cultural imaterial...

O tema é tratado pela espécie normativa de lei ordinária, exigindo assim a devida apreciação e deliberação pelos órgãos competentes do Poder Legislativo, e, em caso de aprovação, remetida à sanção ou veto do Chefe do Poder Executivo.

Ouanto ao objeto legislado, podemos verificar que se trata de adoção de políticas da área cultural, buscando o reconhecimento e importância da Lira Municipal Matheus Toscano, que tanto formou alunos de diversos instrumentos musicais, bem como já presenciou desfiles e eventos em nosso Município.

Embora a Constituição Federal estabelece que a competência de legislar concorrentemente sobre proteção de patrimônio cultural é da União e do Estado (art. 24, VII), nada obsta que o Município possa suplementar essa legislação definindo como patrimônio cultural local determinado evento.

A Lei Orgânica (lei que rege o Município consoante o art. 29 da Constituição Federal), em seu art. 213, III, estabelece que o poder público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos à cultura, através também da proteção das expressões culturais, afro-brasileiras, italianas, pomeranas e das outras etnias ou grupos participantes do processo cultural.

Assim sendo, as expressões culturais devem ser promovidas e protegidas pelo Município, quando realizadas em sua circunscrição.

A Constituição Federal, em seu art. 216, incisos de I a V, traz o seguinte:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;









IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Observa-se que o próprio texto magno constitui como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, inclusas as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

Importante também reproduzir o texto da justificativa do autor, conforme segue:

"A Lira Municipal Matheus Toscano, fundada 10 de dezembro de 1975, constitui um dos mais importantes símbolos da história cultural e musical de Nova Venécia, sendo motivo de orgulho para o município por sua trajetória artística, disciplina e compromisso com a formação humana através da música.

As primeiras aulas da chamada Lira Serrana, começaram no início da década de 30. E já nesta época o jovem Matheus Toscano já era músico e aluno. Em 1938 quem assumiu o comando da lira, foi o maestro Joaquim Pires Martins. O Banda começou com 8 alunos aproximadamente e depois foi aumentando, chegando ao total de 18 alunos. Dentre eles, Matheus Toscano. A banda teve que parar suas atividades por conta da segunda guerra mundial em 1945, quando os integrantes foram convidados a servirem o exército. Mais tarde, por ser o músico mais antigo da banda, Matheus Toscano assumiu o comando. No início da década de 70, o Maestro Gladistone assumiu o comando da Lira, e por dois anos ministrava aulas teóricas sobre música, pois não tinham ainda os instrumentos. Ao assumir o comando da prefeitura de Nova Venécia, o Prefeito Antônio Barbosa Sena Júnior pôs em prática a ideia de formar uma nova escola de música em Nova Venécia. E em 12 de outubro de 1975 sob o comando de Itamar Francisco da Silva, nasce a Lira Municipal Matheus Toscano em homenagem ao seu legado como músico. Desta vez, a Lira Municipal Matheus Toscano contava com cerca de 38 integrantes, todos com seus devidos instrumentos e sede própria.

Com características próprias de banda musical formada por instrumentistas de diversas categorias e com repertório que abrange ritmos, harmonias e melodias de-natureza-tradicional, cívica e popular, a Lira Municipal Matheus Toscano tem desempenhado papel fundamental na promoção da cultura e na integração comunitária há 50 anos.

Nas décadas de 1970, a Lira Municipal Matheus Toscano alcançou projeção estadual e nacional, participando de importantes concursos de bandas nos anos de 1977, 1978 e 1979, sendo reconhecida também em evento de âmbito nacional em 1978.







Em 1979, representou Nova Venécia em uma apresentação memorável no Teatro Carlos Gomes, no centro de Vitória, e participou de diversas atividades musicais em diferentes municípios do Estado do Espírito Santo, levando o nome de Nova Venécia a outros públicos e consolidando sua relevância cultural.

Ao longo de sua história, a Lira Municipal Matheus Toscano formou e inspirou inúmeras gerações de músicos venecianos, contribuindo para a educação artística, o fortalecimento da identidade local e o engrandecimento das manifestações culturais da cidade.

Em sua trajetória mais recente, sob a condução de Leandro Bonifácio, a banda tem mantido viva essa tradição, com novas apresentações, formações e participações em eventos culturais que reafirmam seu papel histórico e social.

Reconhecer a Lira Municipal Matheus Toscano como Patrimônio Cultural Imaterial é um ato de justiça histórica e de preservação da memória coletiva. Essa iniciativa busca garantir que as futuras gerações conheçam, valorizem e deem continuidade a essa tradição musical que tanto enriquece o patrimônio cultural de Nova Venécia.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste projeto de lei, que simboliza o reconhecimento público da relevância e da contribuição da Lira Municipal Matheus Toscano para a cultura veneciana. É a justificativa."

III – VOTO DO RELATOR:

A matéria é afeta ao interesse local, adotando-se o princípio da predominância dos interesses, consoante o art. 30, incisos I e II, da Carta Constitucional de 88, atribuídas ao Município pelo legislador constituinte, estando dentro do feixe de repartição de competências dos entes federados, nos limites circunscritos pelo ente soberano.

A competência para iniciativa é válida, com fundamento no art. 44 da Lei Orgânica do Município, podendo ser deflagrado o processo legislativo por quaisquer dos representantes dos poderes públicos do Município (iniciativa comum).

A espécie legislativa adotada é a lei ordinária, como a regra predominante no texto da constituição e da Lei Orgânica, inclusa na seara do processo legislativo (art. 40 da Lei Orgânica).

Sendo assim, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 103/2025.







É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 103/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 13 de novembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JUAREZ OLIOSI

RELATOR – Vice-Presidente da CLJRF Vereador pelo PODE





COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 103/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI 103/2025: declara a Lira Municipal Matheus Toscano como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Nova Venécia.
INICIATIVA:	Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).
RELATOR:	Vereador Juarez Oliosi (PODE).

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela APROVAÇÃO do Parecer do Relator da matéria, vereador Juarez Oliosi (PODE), às folhas 10 a 15, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 19 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 103/2025







conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 19 de novembro; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

ICIO NUNES Presidente da CLJRF Vereador pelo PP

DENEVAL ROCHA Membro da CLJRF Vereador pelo PSD